

31 mar 2020 / 13:24

Escolas de acolhimento têm ainda menos sentido em pleno estado de emergência e com epidemia a agravar-se

A 18 de março a FENPROF afirmou que as denominadas escolas de acolhimento constituiriam nichos de risco acrescido, uma vez que crianças, de famílias onde já é grande o risco de contágio, teriam de permanecer todo o dia com outras crianças de risco semelhante.

Continua a considerar a FENPROF que, num momento **em que se apela aos portugueses para que não saiam de casa, que evitem o contacto social, que evitem os grupos de pessoas e no momento em que as escolas se encontram encerradas, e bem, por poderem ser foco de contágio, se continuem a notificar docentes e não docentes para regressarem aos estabelecimentos de educação e de ensino**, adstritos a esta atividade.

De acrescentar que é nossa convicção que a insistência nestes procedimentos contribuirá para agravar a situação de risco de saúde pública e para uma maior contaminação com o novo coronavírus, numa altura, já por si, considerada extremamente crítica.

A FENPROF relembra a posição que já fez chegar ao Primeiro-Ministro, Ministro da Educação, Ministra da Saúde, Parlamento e Conselho Nacional de Educação: “a resposta social de que, eventualmente, estas crianças necessitam deverá ser garantida fora da escola: em primeiro lugar, procurando organizar a vida da família para que possam permanecer com as crianças, o que será possível se o trabalho distribuído não for simultâneo (isto no caso de os responsáveis pelas crianças serem trabalhadores de serviços essenciais, pois se um deles tiver outra atividade, a situação estará resolvida, com a sua permanência em casa). Em situações excecionais, impeditivas de a criança ficar em casa com pai, mãe ou encarregado/a pela sua educação, e enquadrando-se a(s) profissão(ões) no conjunto das referenciadas como “serviços essenciais”, deverá a família poder escolher um cuidador que garanta o devido acompanhamento, incluindo a ligação ao(s) seu(s) professor(es) ou educador(es), pelas vias estabelecidas pela escola, sendo ao cuidador atribuídas as condições financeiras legalmente previstas para a família.”

Estranha-se, pois, a insistência de impor às escolas, agora na denominada interrupção letiva da Páscoa, uma resposta que obriga os docentes a correr um risco que não faz qualquer tipo de sentido. Um risco que pode transformar dezenas de alvos em dezenas de agentes dessa contaminação.

Reitera-se, assim, que **não faz sentido esta resposta social e que a mesma deverá ser substituída pela escolha de cuidador pelas famílias. Caberá ao Ministério da Educação transmitir instruções, urgentemente, para que as escolas/agrupamentos não procedam à concretização de qualquer tipo de acolhimento durante a interrupção do final do 2.º período, sob pena de estar a contribuir para o agravamento da situação epidemiológica, o mesmo devendo acontecer após se iniciar o 3.º período letivo.**

O Secretariado Nacional